

Exmos. Senhores,

Vem o SITAVA remeter a V. Exas. apreciação pública do Projeto de Lei n.º 887/XIV/2.ª, em anexo, ao presente e-mail.
Antecipadamente gratos pela melhor atenção.

Com os melhores cumprimentos,

A Direção

SITAVA

Rua Cidade de Bissau, n.º 47 E – 32.1

1800-079 Lisboa

Tel.: 218.160.670 / 961.308.742

Fax: 218.160.679

www.sitava.pt

Assunto a cargo de: DOS

Min./Dact.: D/SF

Ofício nº: **254/21**

Data: 09/08/2021

À Exma.

Comissão Parlamentar de Trabalho e
Segurança Social
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

10ctss@ar.parlamento.pt

Assunto: **Projecto de Lei nº 887/XIV/2ª - Altera o regime do despedimento colectivo, procedendo à décima sétima alteração ao código do trabalho, aprovado pela lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro (Separata nº 64, DAR, de 13 de Julho de 2021)**

Exmos. Senhores,

O direito à compensação por despedimento constitui uma das principais garantias contra a liberalidade das entidades patronais, no que toca à cessação unilateral das relações de trabalho.

Se, por um lado, no caso do despedimento individual sem justa causa, a possibilidade de reintegração é, em si mesma, uma garantia do trabalhador contra o despedimento injusto, funcionando como elemento dissuasor de tal situação, por outro lado, sempre que a cessação do contrato individual de trabalho por despedimento se dá por razões objectivas – despedimento colectivo, extinção de posto de trabalho – ou no caso da caducidade, os valores compensatórios calculados em função da antiguidade constituem, nesses casos, o principal elemento dissuasor de uma cessação discricionária ou infundada.

Sabendo disto e sabendo da situação de necessidade em que é colocado um trabalhador aquando da comunicação da intenção e despedimento, tal não impediu o governo PPD/CDS de alterar a legislação laboral e de baixar, quer as compensações por despedimento e, à boleia, de introduzir aquela que constitui uma das normas eticamente reprováveis do nosso ordenamento jurídico, exemplo de baixa moral e desconsideração para com o sofrimento de quem trabalha e vê a sua subsistência ameaçada. Esta norma, como se sabe é a constante do n.º 4 do artigo 366.º do Código do Trabalho, que o PAN se propõe agora revogar.

Não obstante a imoralidade de tal regime, o PS, sempre muito crítico – na aparência – em relação ao estilo e opções do executivo antecedente, aquando no governo não se fez rogado e serviu-se das mesmas regras laborais impostas pela política de direita.

A par de outras como a alteração do sistema de caducidade das convenções colectivas, a adesão individual a um contrato colectivo ou o fortalecimento dos instrumentos de controlo por parte da ACT, o SITAVA sempre assumiu, por entre as suas reivindicações, a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, entre as quais esta constitui um exemplo absolutamente paradigmático do quadro de pensamento que presidiu a tal alteração.

Não obstante esta reivindicação, até agora, ao contrário do que poderia ser expectável, o governo actual não fez eco, nas suas políticas, de tais pretensões. Nesse sentido, o SITAVA aprova o projecto que o grupo parlamentar do PAN vem agora propor.

Subscrevemo-nos, com elevados cumprimentos,

O Secretário-geral



José Sousa